

Profissionais de educação do município do Rio e da rede estadual fazem paralisação dia 5 de março

Os professores e funcionários administrativos do município do Rio e da rede estadual farão uma paralisação conjunta de 24 horas, no dia 5 de março (terça). As duas redes

estão em campanha salarial e reivindicam piso salarial de 5 salários mínimos para professores e 3,5 para funcionários. No mesmo dia, a categoria participa da Marcha da

Educação, em conjunto com outras entidades integrantes do Fórum em Defesa da Escola Pública (FEDEP), com concentração na Candelária, a partir das 16h.

05 DE MARÇO:

Rede estadual fará paralisação de 24 horas e assembleia às 13h

Os profissionais da rede estadual lotaram o auditório da ABI para realizar a assembleia geral da categoria no dia 23 de fevereiro. As principais deliberações da categoria foram: o lançamento da Campanha Salarial de 2013,

com a reivindicação de piso de 5 salários mínimos para o professor e 3,5 para o funcionário; a realização de uma paralisação de 24 horas no dia 5 de março, quando os profissionais farão uma assembleia geral, às 13h, no audi-

tório da ABI (Rua Araújo Porto Alegre 71 – 9º andar) e participarão da Marcha da Educação convocado pelo Fórum em Defesa da Escola Pública (FEDEP), com concentração na Candelária, a partir das 16h.

Profissionais definiram os eixos para a luta contra os ataques de Cabral/Risolia

A categoria também definiu a luta contra os ataques do governo Cabral contra a educação e contra os direitos dos profissionais das escolas estaduais. A Assembleia se posicionou contra a resolução que trata do tempo de planejamento, no sentido de ser cumprido dentro da escola; veja os eixos definidos:

Direitos:

- 1) Plano de Carreira Unificado, com paridade para aposentados;
- 2) À lotação dos professores e funcionários;
- 3) Efetivação dos animadores culturais;
- 4) Recuperação do laserj;

5) Concurso público e fim da certificação.

Gestão Democrática:

- 1) Eleições para direção nas escolas;
- 2) Liberdade de expressão e organização;
- 3) Fim do assédio moral;
- 4) Eleição de representante

das escolas e formar comitês por escolas;

Pedagógico:

- 1) 1/3 da carga horária para planejamento;
- 2) 1 matrícula, 1 escola;
- 3) Nenhuma disciplina com menos de 2 tempos de aula em todas as séries.

Rede municipal fará paralisação de 24 horas no dia 5 de março

Em assembleia realizada na noite desta quarta-feira (dia 27/2), os profissionais das escolas municipais do Rio decidiram que a categoria fará uma paralisação de 24 horas, no dia 05 de março. A assembleia deliberou pela realização de uma aula pública neste dia, na Cinelândia, a partir do meio dia,

com o seguinte tema: “Escola não é banco, nem de brincadeira”.

Além da aula pública, os profissionais também participarão da Marcha da Educação, organizada pelo FEDEP, cuja concentração será na Candelária, a partir das 16h. No dia 5 de março, dia da paralisação da rede municipal,

a rede estadual também fará uma paralisação integral, participando igualmente da Marcha da Educação.

A assembleia do município também deliberou que a próxima assembleia será realizada no dia 9 de março, às 10h, em local a ser confirmado, na Zona Oeste.

MP abrirá inquérito para apurar gastos com o jogo Banco Imobiliário Cidade Olímpica

O Ministério Público Estadual instaurou um inquérito civil para apurar irregularidades na compra pela prefeitura do Rio de 20 mil kits do jogo “Banco Imobiliário - Cidade Olímpica”. Os jogos foram adquiridos pela prefeitura por mais de R\$ 1 milhão e a polêmica, instaurada por reportagem do Jornal O Dia, começou porque o brinquedo, adaptado de um tradicional jogo de tabuleiro, contém obras e ações do governo municipal sob o comando do atual prefeito Eduardo Paes. Além da exaltação das obras do prefeito, o jogo ainda estampa a logomarca da cidade do Rio de

Janeiro na sua capa.

Outra denúncia enfrentada pela SME foi a feitura dos cadernos pedagógicos de Matemática, cujas questões enaltecem a vitória nas urnas do prefeito Paes, ano passado, e tiveram que ser retirados das escolas por causa da má repercussão.

Estes dois episódios comprovam como a prefeitura do Rio e a SME não discutem sua política pedagógica com os profissionais de educação e usam muito mal a verba pública. Com isso, os profissionais de educação sentem na pele os retrocessos e os duros efeitos das políticas produtivistas, meri-

tocráticas e acima de tudo antidemocráticas, que vêm sendo implementadas pela SME, sob o comando de Cláudia Costin.

O prefeito também não aplica os 25% de arrecadação na educação, como prevê a Constituição Federal. Em resumo, a rede tem como reivindicações básicas:

- Aumento salarial – piso de 5 salários mínimos para professor e 3,5 para funcionário;
- Plano de Carreira Unificado (professores e funcionários) – a rede não tem um plano de carreira.
- Contra a meritocracia! Em defesa da autonomia pedagógica.

Deputados fazem representação ao TCE contra remoção de funcionários

Deputados estaduais, em uma frente multipartidária, representaram o Tribunal de Contas do Estado, pedindo o fim das remoções dos funcionários administrativos. Assinaram a

representação: Clarissa Garotinho (PR), Comte Bittencourt (PPS), Janira Rocha (Psol), Luiz Paulo Corrêa da Rocha (PSDB), Marcelo Freixo (Psol), Maria Inês Pandeló (PT), Paulo Ramos

(PDT) e Robson Leite (PT).

Já a Comissão de Educação realiza, em 06/03, audiência pública para discutir as remoções. Foram convidados o TCE, Sepe e a Seeduc.